

ENERGIA NORDESTE ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ 09.675.579/0001-67

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 01 DE JANEIRO DE 2009 (Em reais)

Ativo:	Nota	Controladora			Consolidado			Passivo:	Nota	Controladora			Consolidado			
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009			31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	
Circulante:								Circulante:								
Caixa e equivalente de caixa		30.165.334	52.000	60.000	30.723.611	250.604	276.163	Empréstimos	10	70.845.646	-	-	70.845.646	-	-	
Outros créditos		11.240	-	-	11.241	-	-	Outras contas a pagar		1.558.360	19.940	54.095	1.640.130	19.940	54.095	
Despesas antecipadas		22.500	-	-	310.700	-	-			72.404.006	19.940	54.095	72.485.776	19.940	54.095	
		30.199.074	52.000	60.000	31.045.552	250.604	276.163	Não Circulante:								
Não Circulante:								Conta-corrente com controladora		-	207.416	-	-	207.416	-	-
Tributos diferidos	5	715.975	-	-	715.975	-	-	Provisão de investimento	8	273.701	-	-	-	-	-	
Outros créditos	6	47.307.274	-	-	-	-	-	Mútuos contratados	11	-	-	-	850.571	163.600	-	
Mútuos concedidos	7	31.875.608	-	-	31.627.185	-	-	Receita diferida líquida	12	26.859.093	-	-	-	-	-	
		79.898.857	-	-	32.343.160	-	-	Tributos diferidos	13	13.800.139	-	-	-	-	-	
Investimentos	8	2.054.115	625.414	802.297	-	-	-			40.932.933	207.416	-	850.571	371.016	-	
Imobilizado		120.638	-	-	638.571	4.200	-	Patrimônio líquido								
Intangível	9	75.089.985	79.791.310	79.723.963	83.359.252	80.377.535	83.310.097	Capital social	14	80.526.937	80.526.937	80.526.937	80.526.937	80.526.937	80.526.937	
		77.264.738	80.416.724	80.526.260	83.997.823	80.381.735	83.310.097	Adiantamento para futuro aumento de capital		60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	
		187.362.669	80.468.724	80.586.260	147.386.535	80.632.339	83.586.260	Prejuízos acumulados		(6.561.207)	(345.569)	(54.772)	(6.561.207)	(345.569)	(54.772)	
										74.025.730	80.241.368	80.532.165	74.025.730	80.241.368	80.532.165	
								Participação de acionistas não controladores		-	-	-	24.458	15	-	
										74.025.730	80.241.368	80.532.165	74.050.188	80.241.368	80.532.165	
										187.362.669	80.468.724	80.586.260	147.386.535	80.632.339	80.586.260	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em reais)

Receitas e despesas operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Receitas (despesas) financeiras	15	(1.822.442)	3.263	(1.822.442)	3.263
Despesas administrativas	16	(361.306)	(176.524)	(5.102.501)	(294.060)
Perda com equivalência patrimonial	17	(4.741.196)	(117.536)	-	-
Resultado operacional		(6.924.943)	(290.797)	(6.924.943)	(290.797)
CSLL	5	195.876	-	195.876	-
IRPJ	5	520.099	-	520.099	-
Prejuízo do exercício		(6.208.968)	(290.797)	(6.208.968)	(290.797)
Quantidade de ações do capital		74.248.280	74.248.280	74.248.280	74.248.280
Prejuízo/mil ações		(83,62)	(3,92)	(83,62)	(3,92)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em reais)

I - Fluxo das Operações	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Prejuízo do exercício	(6.208.968)	(290.797)	(6.208.968)	(290.797)
Ajuste por:				
Perda de investimentos	4.741.196	117.536	-	-
Ajuste do exercício anterior	(6.670)	-	(6.670)	-
Tributos diferidos ativo	(715.975)	-	(715.975)	-
Despesas antecipadas	(22.500)	-	(310.700)	-
Outros créditos	(47.318.514)	-	-	-
Receita diferida líquida	26.859.093	-	(11.241)	-
Tributos diferidos passivo	13.800.139	-	-	-
Aumento (Redução) de outras contas a pagar	1.538.420	(34.155)	1.620.190	(34.155)
CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(7.333.780)	(207.416)	(5.633.364)	(324.952)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

II - Fluxo dos Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Captação de empréstimos	70.845.646	-	70.845.646	-
(Redução) Aumento Conta-corrente com controladora	(207.416)	207.416	(207.416)	207.416
Mútuos contratados	-	-	686.971	163.600
Participação de terceiros	-	-	24.443	15
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	70.638.230	207.416	71.349.644	371.031

III - Fluxo dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Integralização de capital em controladas	-	(8.000)	-	(67.438)
Mútuos concedidos	(31.875.608)	-	(31.627.185)	-
Aquisição de investimento	(1.468.572)	-	(2.981.717)	-
Provisão de investimento	273.701	-	-	-
Aquisição de imobilizado	(120.638)	-	(634.371)	(4.200)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(33.191.117)	(8.000)	(35.243.273)	(71.638)
Varição Total das Disponibilidades (I+II+III)	30.113.334	(8.000)	30.473.007	(25.559)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	52.000	60.000	250.604	276.163
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do período	30.165.334	52.000	30.723.611	250.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em reais)

Saldos em 01 de janeiro de 2009	Nota	Adiantamento para futuro aumento de capital		Prejuízos acumulados		Participação dos acionistas controladores		Participação dos acionistas não-controladores		Total
		Capital social	Prejuízos acumulados	Prejuízos acumulados	Prejuízos acumulados	Prejuízos acumulados	Prejuízos acumulados			
Prejuízo do exercício originalmente publicado		80.526.937	60.000	(54.772)	80.532.165	-	80.532.165	-	80.532.165	
Participação de acionistas não controladores		-	-	(290.797)	(290.797)	15	(290.797)	15	(290.797)	
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (Reapresentado)		80.526.937	60.000	(345.569)	80.241.368	15	80.241.368	15	80.241.368	
Ajuste de resultado do exercício anterior	19	-	-	(6.670)	(6.670)	-	(6.670)	-	(6.670)	
Prejuízo do exercício		-	-	(6.208.968)	(6.208.968)	-	(6.208.968)	-	(6.208.968)	
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	24.443	24.443	24.443	24.443	
Saldos em 31 de dezembro de 2010		80.526.937	60.000	(6.561.207)	74.025.730	24.458	74.050.188	24.458	74.050.188	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em reais)

1 - Contexto Operacional: A Energia Nordeste Energias Renováveis S.A. é uma sociedade anônima fechada de capital privado, fundada em 16 de maio de 2008, localizada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo como objetivo social a exploração de atividades, tecnologias ou processos de geração de energia renovável na região Nordeste do Brasil, bem como a participação no capital de outras sociedades ou consórcios que operam o mesmo objeto da Companhia. Na data de fundação os sócios subscreveram e integralizaram seu capital social mediante aporte, no valor de R\$ 80.526.937,00, das quotas representativas que detinham das sociedades de propósito específicos (SPEs): Central Eólica Taíba Aguiá Ltda., Central Eólica Taíba Andorinha Ltda., Central Eólica Colônia Ltda., Central Eólica Lagoa dos Tocos Ltda., Central Eólica Icarai I Ltda., Central Eólica Icarai II Ltda e Central Eólica Ilha Grande Ltda. Em 05 de setembro de 2008, sua controladora - Focus Infraestrutura e Participações S.A. - alienou ao FIP Nordeste Energia a totalidade das ações preferenciais reduzindo então sua participação societária de 97,95% para 47,95%. Em 23 de setembro de 2009 a Focus Infraestrutura e Participações S.A. elevou sua participação societária para 50% do capital social da ENERGIO mediante a aquisição da participação minoritária até então pertencente a Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. Em dezembro de 2009, a Focus transferiu para Energia, conforme deliberado na reunião de 18 de dezembro do Conselho de Administração e seguindo as diretrizes de seu Acordo de Acionistas, as seguintes SPEs com seus respectivos projetos eólicos desenvolvidos ou adquiridos ao longo do ano fiscal de 2009: Central Eólica Colibri Ltda., Central Eólica Ribeirão Ltda., Central Eólica Ipanema Ltda., Central Eólica Novo Horizonte Ltda., Central Eólica Palmas Ltda., Central Eólica Coqueiral Ltda., Central Eólica Alcântara Ltda e Central Eólica Potengi Ltda. Em 14 de dezembro de 2009 os empreendimentos eólicos Taíba Aguiá, Taíba Andorinha, Colônia, Icarai I e Icarai II lograram êxito no Leilão de Energia de Reserva - LER 2009 exclusivo para fonte eólica que, em conjunto, comercializarão 481.800 MWh anuais de energia a serem fornecidas pelo prazo de vinte anos a se iniciar em julho de 2012. O ano de 2010 foi principalmente dedicado, dentre outras, no aprimoramento dos projetos vencedores do LER 2009, notadamente nos detalhes dos projetos básicos, contratação dos fornecedores, obtenção das licenças ambientais de implantação, viabilização das linhas de transmissão, assinaturas dos contratos de comercialização com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE e ao enquadramento e obtenção de financiamentos, de curto e longo prazos, com instituições financeiras privadas e públicas para o desenvolvimento dos referidos projetos. Paralelamente aos demais negócios da sociedade, o corpo organizacional da Energia se dedicou à reorganização de sua estrutura administrativa e de governança de forma a estar apta aos enormes desafios de desenvolvimento, implantação e operação dos empreendimentos eólicos não somente dos empreendimentos que comercializaram energia, mas nos novos negócios eólicos que se materializaram no período visando à produção de energia no médio e longo prazos que totalizam um potencial de 3.328.800 MWh anuais de energia, através da sua controlada Eólos Energias Renováveis S.A., constituída em 10 de novembro de 2010. Em 06 de dezembro de 2010, Energia vendeu à Eólos nove SPEs, a saber: Central Eólica Ilha Grande Ltda., Central Eólica Colibri Ltda., Central Eólica Ribeirão Ltda., Central Eólica Ipanema Ltda., Central Eólica Novo Horizonte Ltda., Central Eólica Palmas Ltda., Central Eólica Coqueiral Ltda., Central Eólica Alcântara Ltda. e Central Eólica Potengi Ltda. Em 17 de dezembro de 2010 Energia vendeu à Focus 34% de sua participação no capital da Eólos. **2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidadas):** A diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em 13 de abril de 2011. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância dos dispositivos constantes da Lei das Sociedades por Ações, 6.404/76 e suas atualizações, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações das suas controladas, quais sejam: • Central Eólica Taíba Aguiá Ltda.; • Central Eólica Taíba Andorinha Ltda.; • Central Eólica Colônia Ltda.; • Central Eólica Lagoa dos Tocos Ltda.; • Central Eólica Icarai I Ltda.; • Central Eólica Icarai II Ltda.; • Central Eólica Taíba Aguiá S/A; • Central

Eólica Taíba Andorinha S/A; • Central Eólica Colônia S/A; • Central Eólica Icarai I S/A; • Central Eólica Icarai II S/A e • Eólos Energias Renováveis S/A. Devido à exigência de Patrimônio Líquido mínimo para participação no leilão, as empresas detentoras dos projetos: Central Eólica Taíba Aguiá Ltda., Central Eólica Taíba Andorinha Ltda., Central Eólica Colônia Ltda., Central Eólica Lagoa dos Tocos Ltda., Central Eólica Icarai I Ltda. e Central Eólica Icarai II Ltda. Formaram consórcios distintos cada uma sendo com 1% no capital e a Energia 99%. Foi criada uma SPE Sociedade Anônima de idêntico nome para cada projeto, as quais receberam a outorga da ANEEL e firmaram contrato de compra e venda de energia de reserva - CER. A partir de 2011 os Administradores irão incorporar as cinco sociedades "Ltda" às cinco novas sociedades anônimas. Em 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras consolidadas apresentavam as empresas controladas, sob a forma de sociedade limitada (Ltda.), descritas acima, e ainda as demonstrações das seguintes controladas: • Central Eólica Ilha Grande Ltda.; • Central Eólica Alcântara Ltda.; • Central Eólica Ribeirão Ltda.; • Central Eólica Potengi Ltda.; • Central Eólica Palmas Ltda.; • Central Eólica Novo Horizonte Ltda.; • Central Eólica Ipanema Ltda.; • Central Eólica Coqueiral Ltda. e • Central Eólica Colibri Ltda. Os principais procedimentos aplicados foram os seguintes: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; • Eliminação das participações no capital social das empresas controladas e seus respectivos resultados; • Destaque da participação de terceiros; • Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data base 31 de dezembro de 2010 e 2009. **Lei 11.638/07:** Em 28 de dezembro de 2007, foi aprovada a Lei 11.638/07 que introduziu alterações relevantes na Lei das Sociedades Anônimas no que tange à preparação e divulgação das demonstrações financeiras. Essa nova Lei representou um grande passo no processo de harmonização das normas contábeis brasileiras em relação às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Os requerimentos da Lei, mencionada anteriormente, aplicam-se às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Dando continuidade ao processo de atualização da legislação societária brasileira, a segunda etapa da convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) se cumpriu durante o ano de 2010, com a edição de diversos pronunciamentos, interpretações e orientações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram adotados. A Administração avaliou os potenciais efeitos relativos aos seguintes pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais são refletidos, quando aplicáveis nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, aplicando-se também às demonstrações financeiras apresentadas comparativamente, bem como sobre os próximos exercícios. Os Pronunciamentos que foram aplicáveis, considerando suas operações são: • CPC 18 - Investimentos em coligadas e controladas. • CPC 20 - Custos dos empréstimos. • CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. • CPC 24 - Evento subsequente. • CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. • CPC 26 - Apresentação das Demonstrações financeiras. • CPC 27 - Ativo Imobilizado. • CPC 30 - Receitas. • CPC 32 - Tributos sobre o lucro. • CPC 36 - Demonstrações consolidadas. • CPC 37 - Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. • CPC 43 - Adoção inicial dos CPC's de 15 a 40. • OCPC 03 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento, mensuração e evidência. • ICPC 09 - Demonstrações financeiras individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial. • ICPC 10 - Interpretação sobre aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos CPC 27, 28, 37 e 43. A Administração preparou estas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPC's para os períodos iniciados em 1º de janeiro de 2010. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPC's. **3 - Principais Práticas Contábeis: a - Ativos circulante e não circulante:** Estão demonstrados ao valor original de custo, incluindo os rendimentos e remunerações auferidas até a data-base das demonstrações financeiras. Quando aplicável, será constituída provisão para redução destes ativos aos valores efetivos de realização, não

superando os respectivos valores de mercado. **b - Investimentos:** Os Investimentos estão sendo apresentados pelos seus valores justos decorrentes da avaliação econômica realizada por empresa especializada, recebidos em cotas integrantes do capital social de suas controladas, provenientes da integralização de seu capital social, quando de sua constituição. Em conformidade com o CPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, foram realizados testes de recuperabilidade dos ativos, os quais foram preparados segundo método de estimativas de fluxos de caixa futuros, para determinação do valor de cada projeto, cuja base de cálculo de valor foi baseada no modelo FCFE ("free cash flow to firm") e, seu cálculo avaliado a Valor Presente, utilizando-se, para tanto, uma taxa que representa o Custo Médio Ponderado de Oportunidade do Capital (WAAC). **c - Passivos circulante e não circulante:** Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos ou variações monetárias incorridas dentro do período de competência.

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo do caixa em 31 de dezembro de 2010 e 2009, está representado por R\$ 67.102 e R\$ 52.000, respectivamente. As aplicações financeiras estão representadas pelos recursos oriundos do empréstimo-ponte (vide nota 10) dos quais R\$ 20.000.000 foram aplicados em CDB e fundos de investimento. Em 31 de dezembro as aplicações financeiras estão compostas como a seguir:

Aplicação	2010	2009
CDB Bicbancos S.A.	20.228.302	-
Totem FIF	8.607.468	-
Totem FIM Crédito Privado	1.009.853	-
	<u>29.845.623</u>	-

5 - Tributos Diferidos: Os tributos diferidos são referentes exclusivamente ao prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 32 e instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002. A administração com base em seu plano de negócios projetou resultados futuros tributáveis tão logo inicie o ciclo operacional de suas controladas. A seguir apresentaremos a composição dos tributos diferidos:

Base de cálculo	IRPJ	CSLL
Alíquota	(2.176.398)	(2.176.398)
Alíquota adicional	15% 326.460	9% 195.876
	10% 193.640	-
	<u>520.099</u>	<u>195.876</u>

6 - Outros Créditos: Em 6 de dezembro de 2010 a Energia alienou parte de suas participações societárias para sua investida Eólos Energias Renováveis S/A, cujos valores contratados estão demonstrados a seguir:

Participação societária	R\$
Central Eólica Ilha Grande Ltda	5.968.000
Central Eólica Alcântara Ltda	223.696
Central Eólica Ribeirão Ltda	1.841.000
Central Eólica Potengi Ltda	221.897
Central Eólica Palmas Ltda	3.771.000
Central Eólica Novo Horizonte Ltda	227.000
Central Eólica Ipanema Ltda	

ENERGIO NORDESTE ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ 09.675.579/0001-67

subscritas e integralizadas em cotas das Centrais Eólicas, cujos valores foram definidos em laudo de avaliação econômica e aprovados em sua Assembléa Geral de Constituição, datada de 16 de maio de 2008. Em 23 de setembro de 2009 a Ventos Tecnologia Elétrico Ltda transferiu 1.524.000 ações ordinárias nominativas correspondentes à participação de 2,05% para a Focus Infraestrutura e Participações S.A. passando esta a participar com 50% do capital social e totalidade do capital votante da Companhia. Em 31 de dezembro o capital social está composto conforme a seguir:

Acionistas	2010				2009			
	% Part.	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	R\$	% Part.	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	R\$
Focus Infraestrutura e Participações S.A.	50,00	37.124.140	-	40.263.469	50,00	37.124.140	-	40.263.469
FIP Nordeste Energia	50,00	-	37.124.140	40.263.468	50,00	-	37.124.140	40.263.468
		<u>37.124.140</u>	<u>37.124.140</u>	<u>80.526.937</u>		<u>37.124.140</u>	<u>37.124.140</u>	<u>80.526.937</u>

15 - Receita e Despesas Financeiras: No ano de 2010 a empresa apresentou resultado financeiro negativo de R\$ 1.822.442 (R\$ 3.263 de resultado positivo em 2009), devido à soma das receitas de juros ativos apropriados de empréstimo cedido com mútuo e ganhos com aplicações financeiras, deduzido das despesas com atualização dos juros do empréstimo captado em outubro de 2010. **16 - Despesas Operacionais:** As despesas operacionais, no montante de R\$ 361.306 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 176.524 em 2009), estão compostas por gastos de natureza administrativa referente a contratações de auditoria independente, publicação, utilidades e serviços, principalmente visando à organização da companhia que se prepara para entrar em operação a partir de julho de 2012 quando entram em operação as

cinco subsidiárias que lograram êxito no leilão de dezembro 2009. A seguir a composição das despesas operacionais:

	2010	2009
Prestação de serviços	235.233	68.616
Gerais	108.670	102.406
Outros	17.403	5.502
	<u>361.306</u>	<u>176.524</u>

17 - Perdas com Equivalência Patrimonial: Em 31 de dezembro de 2010 o resultado com equivalência patrimonial foi decorrente de despesas administrativas incorridas nas centrais eólicas, reconhecidas na investidora no montante de R\$ 4.741.196 (R\$ 117.536 em 2009). Tal como relatado em

nota anterior as perdas com equivalência foram decorrentes dos dispêndios necessários para desenvolver, não só as vencedoras do leilão, mas para a preparação das demais visando à participação em novos certames de leilão de vendas de energia. **18 - Instrumentos Financeiros:** A empresa possui instrumentos financeiros não derivativos como aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar e outras dívidas. A empresa não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação. **19 - Ajuste de Exercício Exterior:** A Administração observou que o cálculo da atualização de um mútuo contratado vinha ocorrendo de forma incorreta, cujo recálculo foi efetuado na data-base das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e efetuados os respectivos ajustes contábeis em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$ 6.670. **20 - Seguros:** A empresa mantém cobertura de seguro por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, principalmente os de natureza de garantia de execução dos contratos de venda de energia vencedores no referido leilão de 2009.

Diretor Presidente: Francisco José Machado Sant'Anna
Contador: Érica de Almeida F. Augusto - CRC-RJ: 089846/O-5 - S CE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Ao Conselho de Administração da Energia Nordeste Energias Renováveis S.A. Fortaleza – CE. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energia Nordeste Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não

para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energia Nordeste Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Energia Nordeste e Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Enfase.** Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligada e controlada em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Rio de Janeiro, 14 de abril de 2011.